



**08 DE ABRIL DE 2016**

**Sexta-feira**

- PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL TÊM PIOR TRIMESTRE EM DEZ ANOS
- CRISE COLOCA EM XEQUE INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO NO BRASIL
- INFLAÇÃO DESACELERA NOVAMENTE E FICA EM 0,43% EM MARÇO
- NA CRISE, OPERAÇÕES NO BRASIL JÁ PREJUDICAM RESULTADO DE MULTINACIONAIS
- VALE FECHA AFRETAMENTO PARA TRANSPORTAR MINÉRIO DE FERRO COM ICBC
- FORD ENTREGA PRÊMIO GLOBAL A CONCESSIONÁRIA BRASILEIRA
- SETOR PREVÊ QUEDA DE 12,2% EM 2016
- COOPERATIVAS PARANAENSES LIDERAM RANKING DE EXPORTAÇÕES
- AUSTRÁLIA PREVÊ PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO EM MÉDIA EM US\$ 45 A TONELADA EM 2016
- VENDAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CAEM 17% EM MARÇO ANTE MARÇO/2015, DIZ ABRAMAT
- VENDA DE MÁQUINAS AO EXTERIOR DEVE AUMENTAR APÓS 1,5 ANO DE DÓLAR FORTE
- COM POUCO DINHEIRO EM CAIXA, PEQUENAS EMPRESAS RECORREM A EMPRÉSTIMOS
- INFLAÇÃO DESACELERA PARA 0,43% EM MARÇO COM QUEDA NA TARIFA DE ENERGIA
- POR QUE OS RICOS DA AMÉRICA LATINA ESTÃO ENTRE OS QUE MENOS PAGAM IMPOSTOS NO MUNDO
- 'BRASIL VIVE UM DOS PERÍODOS MAIS DESAFIADORES DA HISTÓRIA', DIZ SETÚBAL
- SETOR DUAS RODAS PREVÊ MAIS UM ANO DE QUEDA E DEMISSÕES
- MONTADORAS DE VEÍCULOS DO BRASIL PREPARAM TERRENO PARA NEGOCIAÇÃO COM IRÃ
- CATERPILLAR DEMITE E TEME FUTURO
- EMPRESÁRIOS ESTÃO MAIS PESSIMISTAS
- CNI APRESENTA 21ª EDIÇÃO DA AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA COM FOCO NA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA
- PEQUENAS E MÉDIAS SÃO ALVO DE PROGRAMA DE PRODUTIVIDADE

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 08/04/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,627	3,628
<b>Euro</b>	4,137	4,138

**Fonte: BACEN**

### **Pedidos de recuperação judicial têm pior trimestre em dez anos**

08/04/2016 – Fonte: O Globo

De acordo com o levantamento, as micro e pequenas empresas foram as que mais recorreram a pedidos de recuperação judicial: 229. Em seguida estão as médias (109) e as grandes (71).

Frente a março do ano passado, mais do que dobrou o total de pedidos de recuperação judicial, saltando 110,7%, ao passar de 75 para 158 em um ano.

Na passagem de fevereiro para março, 158 empresas foram à Justiça para se recuperar, alta de 1,9%.

Em março, 79 micro e pequenas empresas apresentaram o requerimento à Justiça, seguidas por médias (51) e grandes (28).

Economistas da Serasa Experian afirmam que o prolongamento e a ampliação do atual quadro recessivo da economia brasileira aliada à elevação dos custos operacionais e financeiros tem levado a recordes mensais consecutivos dos requerimentos de recuperações judiciais.

Já as falências cresceram 14,3% no primeiro trimestre deste ano frente a igual período de 2015, passando de 342 para 391.

Do total de requerimentos, 192 foram de micro e pequenas empresas, 98 foram de empresas médias e 101 foram de grandes.

Em março, de acordo com o indicador da Serasa Experian, foram requeridas 158 falências, alta de 19,7% em relação a fevereiro (132).

Na comparação com março do ano passado, houve elevação de 12,9%, para 140 companhias. As micro e pequenas empresas foram responsáveis pelo maior número de pedidos de falência em março: 69.

Em seguida, estão as médias (41) e grandes (48).

## Crise coloca em xeque investimentos em inovação no Brasil

08/04/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Com quase dois anos de recessão e um quadro de estagnação nos investimentos, as empresas brasileiras estão apenas mantendo os gastos com inovação. E, no futuro, podem vir a diminuir os percentuais caso as expectativas pessimistas no cenário econômico se confirmem ao longo dos próximos meses.

Pesquisa da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) mostra que um menor número de companhias lançou novos produtos ou processos no mercado. Segundo o levantamento, a taxa de previsão de investimentos em inovação no curto prazo entre as indústrias entrevistadas atingiu um dos patamares mais baixos desde 2012.

De acordo com dados da ABDI, 48,1% das indústrias declararam ter realizado algum tipo de inovação tecnológica no terceiro trimestre de 2015, número 1,7 ponto percentual menor do que o observado no período anterior.

A expectativa das companhias em destinar recursos para inovar está em queda desde 2012. Para o quarto trimestre do ano passado, 50,9% dos entrevistados afirmaram ter pretensão de fazer investimentos – o índice, para os primeiros três meses de 2012, era de 64,8%.

Os indicadores de inovação estão diretamente ligados ao nível de atividade econômica do país. Com a redução nas taxas de crescimento, a demanda cai, a produção diminui e as empresas tendem a cortar investimentos. A área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) costuma ser bastante prejudicada, já que os custos com inovação são altos, assim como os riscos de o resultado esperado não ser alcançado.

O presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras e vice-presidente de inovação da Natura, Gerson Valença Pinto, diz que o momento é de cautela para investir, pois as empresas têm sofrido bastante com o aumento de custos e tributos. “Mas, com relação à inovação, ela tem um papel muito importante neste momento de crise”, completa.

Ele diz que programas de médio e longo prazo estão sendo desafiados, mas as companhias que visam crescer estão mantendo investimentos que tragam aumento de produtividade e facilitem a entrada em novos mercados. “Custa caro deixar de investir em inovação”, diz.

O momento é de encontrar os focos de prioridade e o melhor balanço entre investimento de curto, médio e longo prazo.”

Na Natura, 3% do faturamento líquido para investimento em inovação deve ser mantido neste ano. A empresa foca em preservar os custos que tragam competitividade, como melhora nos serviços para as consultoras e novos modelos comerciais. Na metade deste ano, por exemplo, a companhia vai lançar uma loja multicanal em São Paulo, que integrará as experiências de compra off-line e on-line.

**“O momento é de encontrar os focos de prioridade e o melhor balanço entre investimento de curto, médio e longo prazo.” (GERSON VALENÇA PINTO Vice-presidente de inovação da Natura).**

### ***Projetos não devem parar***

Especialistas são contundentes ao defender que os investimentos inovação devem ser mantidos, mesmo em um cenário econômico adverso. O gerente do Centro Internacional de Inovação do Senai no Paraná, Filipe Cassapo, explica que as companhias precisam se preparar para a retomada do crescimento, bem como agregar valor aos clientes já existentes.

O presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras, Gerson Valença Pinto, diz que projetos de inovação pedem continuidade e não devem ser interrompidos.

Uma empresa que seguiu as recomendações e conseguiu sentir menos os impactos da crise é a Dublauto Gaúcha, que fabrica produtos da área têxtil para calçados. Os investimentos em projetos de inovação começaram em 2006, quando a indústria sofreu com a entrada dos produtos chineses no mercado.

Para garantir um diferencial competitivo, a indústria do Rio Grande do Sul investiu em nanotecnologia aplicada aos tecidos de calçados. As pesquisas garantiram nove patentes à fábrica, que ampliou sua linha de produtos. Hoje, essa nova linha corresponde a 30% do faturamento, que foi de R\$ 5 milhões em 2015.

“A inovação é lenta. As pesquisas são caríssimas e há o desafio de repassar as vantagens para o consumidor final, que tem que perceber e pagar mais por isso”, diz Evandro Daniel Wolfart, diretor da Dublauto. Neste ano, a empresa pretende vender seus produtos tecnológicos a países da América do Sul – mais uma forma para contornar a crise.

### ***Novos mercados***

Um dos caminhos para inovar é buscar novos mercados. Segundo o presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras, Gerson Valença Pinto, o momento é adequado para buscar o mercado exterior. Para conseguir bons resultados, as empresas precisam manter os investimentos em inovação para competir globalmente.

## **Inflação desacelera novamente e fica em 0,43% em março**

08/04/2016 – Fonte: O Globo



O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, ficou em 0,43% em março, desacelerando frente ao 0,90% registrado em fevereiro.

No mesmo mês de 2015, a taxa ficou em 1,32%. Em 12 meses, a inflação acumulada é de 9,39%. No ano, é de 2,62%. O resultado para o mês é o menor desde 2012, quando ficou em 0,21%.

O maior impacto negativo no IPCA de março veio de habitação, que registrou deflação de 0,64%. No mês anterior já havia tido recuo de 0,15%. A energia elétrica, que

integra este grupo, teve queda de 3,41%, com o maior impacto negativo sobre a taxa mensal, de -0,13 ponto percentual. Tal resultado se deve à mudança da bandeira tarifária a partir de primeiro de março, que passou de vermelha para laranja.

Já a principal pressão de alta veio do grupo alimentação e bebidas, que respondem por 25,52% do orçamento das famílias. Houve elevação de 1,24%, acelerando a alta frente ao 1,06% de fevereiro, com um impacto sobre a taxa global do IPCA de 0,32 ponto percentual. Assim, os alimentos e bebidas responderam por 74% da inflação do mês.

As frutas foram o item que mais impactaram a inflação em março (0,10 ponto percentual), com uma alta de 8,91%. No acumulado em 12 meses, a alta é de 29,40%. Cenoura (14,52%), manteiga (14%), açaí (13,64%), alho (5,70%) e feijão preto (5,26%) e leite longa vida (4,57%) também subiram bem acima da inflação média de março. Entre os alimentos que ficaram mais baratos, o destaque ficou com o tomate, cujo preço caiu 7,43%.

— A alimentação dominou o resultado, respondendo por mais de 70% do índice, e é o grupo com maior peso no orçamento das famílias. Só um quarto do índice ficou com os demais grupos pesquisados — comenta Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IPCA.

Os outros oito grupos que formam o IPCA responderam por 0,11 ponto percentual da taxa do mês, ou apenas 26% do índice. Entre as principais elevações estão TV, som e informática (2,08%), etanol (2,07%), motocicleta (1,94%) e artigos de limpeza (1,74%).

Outras quedas que ajudaram a puxar o índice de março para baixo e desacelerar frente a fevereiro vieram de gás de cozinha (-0,42%), água e esgoto (-0,43%), excursão (-2,49%), telefone celular (-2,71%), telefone fixo (-2,89%) e passagem aérea (-10,85%). Já o grupo educação, cujos reajustes geralmente são concentrados no início do ano, recuou fortemente de 5,90% em fevereiro para 0,63% em março.

— O efeito forte foi das passagens aéreas e da energia elétrica, os dois principais itens com contribuição importante no sentido de manter a taxa. E de alguns itens que ficaram para trás, como educação. Ainda não se vê um movimento generalizado de desaceleração, ainda há pressões para cima — afirma Eulina. — O que se sente muito é o preço dos alimentos, que são uma necessidade e uma compra diária.

O resultado veio abaixo da previsão dos analistas. O banco Bradesco, por exemplo, projetava uma taxa de 0,45%, graças à mudança de bandeira tarifária de energia elétrica, de vermelha para amarela.

— Em 12 meses, a energia está em 6,35%. Mas, de janeiro de 2015 para cá, acumula 45,01%. Ou seja, os consumidores continuam pagando muito pela energia elétrica. O que aconteceu foi uma trégua no mês de março, mas do bolso continua saindo a mais quase metade do que saía em dezembro de 2014 — explica Eulina.

## **INFLAÇÃO POR REGIÃO**

Fortaleza foi a capital com maior taxa de inflação em março, de 0,72%, seguida por Porto Alegre (0,67%), São Paulo e Curitiba, ambas com 0,57%. No Rio de Janeiro, o IPCA ficou abaixo da média nacional, em 0,29%, bem abaixo do 0,68% registrado no mês anterior.

No acumulado em 12 meses, a inflação se mantém em dois dígitos em três das 13 capitais pesquisadas: Fortaleza (10,88%), Curitiba (10,48%) e Porto Alegre (10,19%). Nas demais, oscila entre 7,56% em Vitória e 9,97% em Belém.

— Agora está saindo o março do ano passado, de 1,32%, o maior resultado de 2015, e incorporando o 0,43%. Em março do ano passado, mais da metade do índice estava sob o domínio da energia elétrica, com as bandeiras tarifárias e reajustes extraordinários nas contas de energia. Por isso, a taxa que há quatro meses estava em dois dígitos nos 12 meses voltou para um dígito — afirma a coordenadora do IBGE.

Prévia da inflação oficial, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) já indicava que a taxa de março ficaria abaixo da de fevereiro. Em 0,43%, o resultado foi o menor para o mês desde 2012 (0,25%) e bem abaixo do 1,42% registrado no mês anterior. Já o resultado acumulado em doze meses ficou em 9,95%, abandonando os dois dígitos — 10,84% em fevereiro.

A meta de inflação estabelecida pelo Banco Central (BC) é de 4,5%, com margem de dois pontos para cima ou para baixo. Pelo relatório Focus divulgado na última segunda-feira, o IPCA deste ano ficará em 7,28%, acima do limite máximo do governo, que é de 6,5%. Se a previsão se confirmar, será o segundo ano seguido em que o índice de preços ficará acima do limite estabelecido pelo BC. Em 2015, a inflação ficou em 10,67%, a maior taxa desde 2002.

### **SEGUNDO ANO ACIMA DO TETO DA META, ADMITE BC**

No Relatório Trimestral de Inflação do BC, divulgado no último dia 31, a autarquia reconheceu pela primeira vez que a inflação deve encerrar o segundo ano seguido acima do teto da meta.

No documento, o Comitê de Política Monetária (Copom) indica que o IPCA ficará em 6,6% — 0,4 ponto percentual acima da previsão anterior, anunciada em dezembro.

No documento, a taxa prevista para o fim do ano que vem é de 4,9%. Ontem, no entanto, o presidente do BC, Alexandre Tombini, afirmou que a inflação entrou em declínio em fevereiro e garantiu que a curva de queda continuará nos próximos meses.

Segundo ele, o IPCA estará em 4,5% em 2017, uma vez que os preços administrados devem ter “comportamento moderado” e câmbio deve auxiliar nessa trajetória de baixa.

### **Na crise, operações no Brasil já prejudicam resultado de multinacionais**

08/04/2016 – Fonte: O Globo



A pior recessão em décadas no Brasil já causa estrago nos balanços das multinacionais presentes no país. A combinação de queda da atividade econômica, alta do dólar e inflação em patamar elevado fez com que grupos de diferentes setores de atuação registrassem queda de receitas no país em 2015.

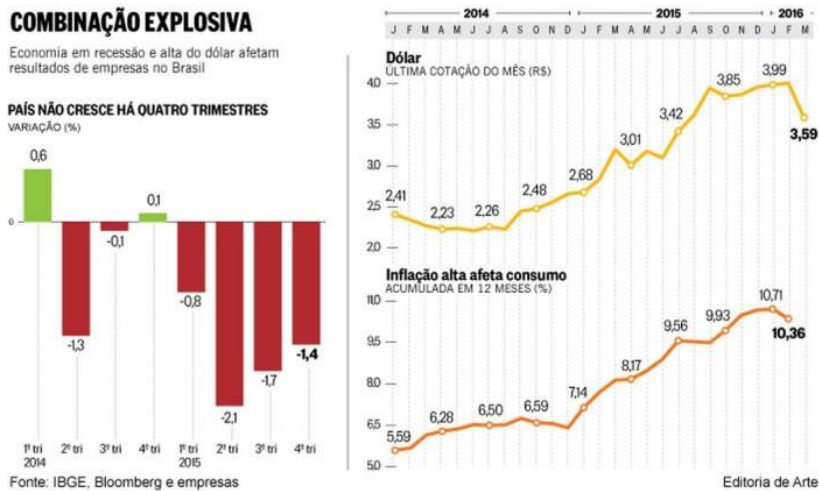
A crise afetou resultados de companhias que vão da hotelaria ao varejo, de alimentação a montadoras, em empresas como Accor Hotels, Casino, Walmart, GM e Arcos Dourados (McDonald's). Em seus balanços, apontam o aumento de preços, a piora do emprego e a queda no consumo como determinantes para o recuo.

Na avaliação do economista Sérgio Lazzarini, professor do Insper, o movimento pode afetar negativamente a produtividade brasileira:

— Com essa queda da receita, o nível de investimento cai. Como a participação das estrangeiras no Brasil ajuda a melhorar a produtividade, porque são adeptas de melhores práticas de governança, a produtividade, no geral, cai.

Ele ressalta que o cenário de rentabilidade das estrangeiras no Brasil já estava em trajetória de queda nos últimos dois anos, mas o quadro se agravou com as incertezas trazidas pelo cenário político:

— Sem horizonte, o risco percebido por elas aumenta. Combinado a uma volatilidade exacerbada, o cenário que se desenha é tenebroso.



## DESVALORIZAÇÃO DO REAL AFETA DESEMPENHO

O conglomerado francês Casino, que controla bandeiras como Pão de Açúcar, Extra e Casas Bahia, vinculou seu fraco desempenho no Brasil ao prejuízo global de € 43 milhões registrado em 2015.

A varejista informou que um declínio na área de eletrônicos na América Latina fez com que as vendas líquidas do grupo recuassem 4,8% no período, para € 46,15 bilhões. "Os resultados foram primariamente afetados pela desaceleração econômica no Brasil e pelo impacto das taxas de câmbio", resume a empresa, em balanço.

Na prática, não bastasse a economia em recessão, estas empresas também sofrem efeitos negativos com a desvalorização do real.

— Além de o consumo estar menor, eles perdem na hora de converter suas receitas, obtidas em reais, em dólar ou euro para mandar à matriz — explica Lia Valls Pereira, professora da Uerj e pesquisadora do Ibre/FGV.

A Accor Brasil informou, em balanço divulgado mês passado, que as operações no Brasil foram a principal responsável pela queda de 40% no Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), para € 29 milhões, da Accor nas Américas em 2015.

No documento, a empresa menciona "a deterioração da atividade econômica no Brasil, onde os negócios têm desacelerado em todo o país, notavelmente afetando a atividade de seminários e reuniões nos hotéis". Num cenário de queda nos investimentos, a hotelaria sofre um baque com a queda dos eventos corporativos.

Na avaliação de especialistas, esta crise não é para iniciantes. Empresas estrangeiras que já têm raízes no país há décadas estariam mais preparadas para lidar com a turbulência.

— Para os empreendedores mais novos, que chegaram no Brasil em tempos de crescimento, a percepção pode ser tenebrosa. Ao contrário dos que estão aqui há mais

tempo e conhecem melhor a lógica do Brasil, de ajustes muitos fortes para cima e pra baixo. Esse é o nosso padrão de comportamento econômico — avalia Fábio Silveira, diretor de Pesquisa Econômica da GO Associados.

Com quase cem mil lojas fechadas no país em 2015, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio, as varejistas também foram obrigadas a rever planos. O grupo Walmart teve queda de 19% no lucro operacional de negócios internacionais no último trimestre.

O valor caiu para US\$ 1,7 bilhão, em razão da alta do dólar, do fechamento de 115 lojas na América Latina e condições de mercado mais difíceis em Brasil, China e Reino Unido. Em janeiro, a empresa anunciou o fechamento de mais de 200 lojas no mundo, 60 delas no Brasil.

Não sobrou dinheiro nem para o hambúrguer. Pela primeira vez em mais de dez anos, a operação brasileira da Arcos Dourados, maior franquia do McDonald's no mundo, teve queda nas vendas. As receitas no país diminuíram 28,7% no último trimestre do ano, afetadas pela depreciação do real.

Sem o efeito do câmbio, a empresa diz que o indicador teria avançado 7,6%. "O ambiente macroeconômico desfavorável no Brasil, refletido na taxa de inflação acelerada e a depreciação do câmbio, continuaram a afetar o tráfego. As vendas no varejo em geral caíram pela primeira vez em 2015 em mais de uma década".

As quedas recordes nas vendas de veículos no país também respingaram na operação da General Motors (GM). As perdas da divisão América do Sul da multinacional, que tem o Brasil como principal operação, foi uma exceção negativa no balanço anual da montadora. As perdas na região mais do que triplicaram, saindo de US\$ 180 milhões em 2014 para US\$ 622 milhões no ano passado. Em volume, as vendas caíram 26,5%. O resultado global, no entanto, registrou o maior lucro de sua história, US\$ 9,7 bilhões em 2015.

### **PREÇO BAIXO ESTIMULA FUSÕES**

Apesar da piora do desempenho, analistas avaliam que não há risco de uma saída significativa de empresas, já que outros emergentes também sofreram uma mudança de cenário nos últimos anos. Com o preço mais baixo dos ativos, o que se delinea é um aumento do movimento de fusões e aquisições, o que favorece empresas que tenham vantagem competitiva clara e foco no médio prazo.

— Essas vão aproveitar para ganhar participação da concorrência ou comprar um concorrente. Quem entrou no país sem saber muito bem porque entrou, só para ter uma "estratégia Brasil", vai sofrer mais. Os ativos estão baratos. Vai haver bastante entrada de capital estrangeiro. O que paralisa isso é a incerteza política — resume Jean Le Corre, sócio do The Boston Consulting Group.

### **Vale fecha afretamento para transportar minério de ferro com ICBC**

08/04/2016 – Fonte: O Globo



A Vale assinou nesta sexta-feira contratos de afretamento para cooperação no transporte de minério de ferro com a ICBC Financial Leasing Company Limited, afirmou a companhia em comunicado.



O negócio envolve o transporte de cerca de 16 milhões de toneladas anuais da commodity pela ICBC para a mineradora brasileira a partir do primeiro semestre de 2018.

"Os contratos serão válidos até o final do 27º ano a partir do início dos mesmos", explicou a Vale em nota.

O diretor global de Marketing e Vendas de Minério de Ferro da Vale, Cláudio Alves, afirmou na nota que os contratos "representam mais um grande exemplo de parcerias significativas, de longo prazo entre a Vale e a China".

### **Ford entrega prêmio global a concessionária brasileira**

08/04/2016 – Fonte: O Globo



Em cerimônia em Las Vegas, nos Estados Unidos, a Ford entregou o prêmio global Salute to Dealers às concessionárias que se destacaram com ações sociais nas comunidades onde estão. O distribuidor brasileiro Forauto Veículos, de Criciúma (SC), foi um dos que premiados entre as mais de 10 mil empresas que revendem veículos da marca em todo o mundo.

Renato Costa, que lidera a Forauto após ter herdado a companhia de seu pai, Rubens Costa, foi ao evento receber o troféu. A família desenvolve uma série de ações sociais, incluindo contribuição filantrópica e dedicação pessoal dos profissionais à casa de repouso São Vicente de Paula. A empresa apoia ainda o projeto Bairro da Juventude com suporte psicossocial a mais de 1,5 mil crianças, adolescentes e suas famílias.

O Salute to Dealers foi criado pela Ford em 2001. Segundo a montadora, há projetos em várias áreas, como ações ambientais, educacionais, parques e serviços à comunidade. O atendimento a crianças, no entanto, é o mais oferecido pelos concessionários da marca, alvo de 91% das iniciativas. Outro destaque é a educação e a oferta de bolsas de estudo, apoiadas por 71% dos distribuidores.

Na edição de 2016 foram indicados 80 concessionários dos Estados Unidos, Canadá, Brasil, Europa, Ásia Pacífico, Caribe, México, América Central, África e Oriente Médio. Parte do prêmio é a doação de R\$ 10 mil a instituições escolhidas pelos vencedores.

### **Setor prevê queda de 12,2% em 2016**

08/04/2016 – Fonte: Automotive Business



As vendas de motocicletas no Brasil em 2016 devem ficar 12,2% abaixo do volume registrado no ano passado, quando o mercado já havia recuado 14%. De acordo com a revisão das projeções divulgada na quinta-feira, 7, pela Abraciclo, associação das fabricantes, as vendas deste ano devem atingir 1,07 milhão de unidades, quase 150

mil a menos do que as 1,22 milhão de motos licenciadas no ano passado. No fim de 2015, a entidade havia projetado um ano estável, com o mesmo volume de vendas e produção de 2015.

“As projeções não são muito animadoras, mas 1 milhão de unidades não é um número desprezível”, afirma Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo, acrescentando que o País tem capacidade produtiva para 2 milhões de unidades por ano: “Saímos de 2 milhões para 1 milhão em apenas cinco anos”, lembrou.

A revisão pela entidade foi impulsionada pelo resultado do mercado no fechamento do primeiro trimestre, quando as vendas do segmento de duas rodas registraram queda de 26,6% contra igual período do ano passado, para 239,9 mil unidades. Os volumes se referem aos licenciamentos (vendas no varejo). No atacado (vendas para a rede de distribuição) o volume do primeiro trimestre teve queda mais acentuada, de 37,4%, para 215,3 mil motocicletas.

Com o mercado interno encolhido, a produção também será menor. As fabricantes estimam a entrega de 1,14 milhão de motocicletas em 2016, volume 9,7% menor que o de 2015, quando as linhas da Zona Franca de Manaus montaram pouco mais de 1,26 milhão de unidades. Nos três primeiros meses deste ano, a atividade das fabricantes recuou 36,9%, para 227,4 mil unidades no comparativo anual.

Segundo Fermanian, o baixo nível de confiança do consumidor aliado à perspectiva negativa do desemprego são os principais fatores da queda das vendas do segmento, uma vez que o nível de aprovação dos financiamentos segue em nível semelhante ao dos últimos meses do ano passado, em torno de 20%.

Ele também elenca o cenário político como agravante: “Esperamos que se resolva rápido, precisamos de algum tipo de movimento para sair do impasse. Essa falta de previsibilidade que faz o País ficar parado e estagnado”, pondera.

Neste cenário, as empresas se ajustam como podem para conter os estoques e se adequar à nova demanda. “As fabricantes têm utilizado todos os mecanismos relacionados ao emprego, como férias, layoffs ou ainda o PPE (Programa de Proteção ao Emprego)”, ressalta o presidente da Abraciclo.

O número de empregados pelo setor diminuiu 10% em 2015, para 16.102, e embora a entidade ainda não tenha fechado o número de demissões do primeiro trimestre, a tendência é de queda: “Houve um movimento intenso em março na indústria com os PDVs (Programa de Demissão Voluntária) e que ainda está em curso”, explica o executivo que promete revelar o número de desligamentos no próximo mês.

A rede de distribuição segue com 2.162 concessionárias operando, o mesmo número com o qual terminou 2015, representando 1,5% abaixo do total de 2014, quando o setor registrava 2.195 vendas.

## **MERCADO EXTERNO: EXPECTATIVA POSITIVA**

Já nas exportações a Abraciclo espera aumentar os volumes em 1,3% neste ano, ao passar de 69,1 mil para 70 mil unidades. O resultado do primeiro trimestre mostra o potencial da atividade como um alento para a indústria nacional: neste período as exportações mais que dobraram ao registrarem mais de 13,7 mil unidades – há um ano os embarques somaram 6,3 mil unidades.

“A América do Sul, que é nosso maior cliente, principalmente os países vizinhos, têm um potencial de mercado do tamanho do Brasil: uma fatia de 70 mil sobre 1 milhão de unidades mostra que a participação ainda é muito pequena.

Estamos em constante conversas com o governo no que diz respeito apoio ao avanço das negociações bilaterais; é um movimento que está acontecendo, mas não com uma velocidade muito ágil porque este tipo de tratativa demanda tempo”, explica.

A expectativa positiva se deve basicamente à Argentina, país para o qual se destina cerca de 70% das exportações brasileiras de motocicletas. Fermanian conta que desde setembro, após o fim das barreiras de importação no país vizinho, o fluxo de embarques melhorou substancialmente. Além disso, Peru, Chile e Paraguai são outros mercados com potencial positivo para este ano.

## **Cooperativas paranaenses lideram ranking de exportações**

08/04/2016 – Fonte: Bem Paraná



As cooperativas paranaenses responderam, no primeiro trimestre, por 33% do total exportado pelo setor no País, de US\$ 1,36 bilhão. Ao todo, foram US\$ 447,3 milhões em exportações, alta de 16% em relação ao mesmo período do ano passado, de US\$ 386,4 milhões, de acordo com dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

No mesmo período do ano passado, a participação das cooperativas paranaenses estava em 31,73%. De acordo com a Secex, São Paulo ficou em segundo lugar no primeiro trimestre de 2016, com US\$ 309,2 milhões, Santa Catarina em terceiro, com US\$ 210 milhões, e Minas Gerais em quarto, com US\$ 151,9 milhões.

Das dez maiores exportadoras do setor cooperativista no Brasil, três são paranaenses: Coamo, de Campo Mourão, C.Vale, de Palotina, e Cooperativa Agroindustrial Lar, de Matelândia. Os principais mercados de exportação são China, Estados Unidos e Emirados Árabes. Produtos do complexo soja e carne de frango são os destaques na exportação.

### **PORTO**

O Porto de Paranaguá também é o líder na exportação das cooperativas brasileiras, responsável por 45,97% dos embarques no trimestre – US\$ 627,2 milhões, à frente do porto de Santos (SP), com US\$ 534,2 milhões e Itajaí (SC), com US\$ 98,9 milhões.

### **RESULTADO**

A combinação de safras recordes de grãos, aliadas a pesados investimentos em tecnologia e profissionalização colocaram o Paraná no topo do setor cooperativista no País. Há cinco anos, o Paraná ocupava a segunda colocação nas exportações das cooperativas, atrás de São Paulo.

“Esse resultado foi possível graças à combinação de integração com o produtor, adensamento da produção, profissionalização, inovação na gestão e tecnológica e um ambiente favorável para investimentos”, diz Francisco José Gouveia de Castro, diretor do centro estadual de estatística do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes).

“Hoje o ambiente de negócios no Estado é outro, há espaço para diálogo entre o setor público e o privado”, diz, ao citar que como exemplo o programa de incentivos fiscais Paraná Competitivo, que favorece projetos de ampliação ou construção de novas unidades, e o apoio dado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

A agência paranaense do BRDE bateu recorde de contratações para o setor cooperativista no ano passado, com R\$ 830,9 milhões. O volume foi 185% superior ao registrado (R\$ 291,5 milhões) em 2014.

As cooperativas, de acordo com dados divulgados pela Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), responderam por 56% da produção agropecuária no Estado no ano passado. Os investimentos alcançaram R\$ 2,3 bilhões e a geração de tributos totalizou R\$ 1,5 bilhão.

Ao todo, de acordo com a Ocepar, cooperativismo paranaense congrega 1,3 milhão de cooperados, possui 2 mil empregados e gera 2,6 milhões de postos de trabalho.

### **Austrália prevê preço do minério de ferro em média em US\$ 45 a tonelada em 2016**

08/04/2016 – Fonte: Paraná Online

O governo da Austrália elevou sua projeção para o preço médio do minério de ferro em 2016, para US\$ 45 a tonelada. Em seu relatório de dezembro, a expectativa era de US\$ 41,30 a tonelada para o ano atual.

Mesmo com esse aumento, porém, a projeção ainda significa que o minério de ferro deve ter tendência de baixa até o fim do ano, diante de um quadro de excesso de oferta global e menor demanda do setor siderúrgico da China.

O relatório trimestral do Departamento de Indústria, Inovação e Ciência sobre as commodities, divulgado nesta sexta-feira, lembra que o preço médio do minério de ferro ficou em US\$ 36 a tonelada no trimestre até 2015, no patamar mais baixo desde 2006. No início de 2016 os preços chegaram a reagir para US\$ 61 a tonelada, mas deve haver desaceleração até o fim do ano.

O quadro significa que pode ocorrer o fechamento de instalações com alto custo, diante de perdas financeiras das companhias do setor.

"Nos preços atuais, uma série de produtores de alto custo - a maioria de fora da Austrália - está tendo prejuízo em cada tonelada de minério de ferro produzida", diz o relatório. O fechamento de algumas minas deve dar algum apoio aos preços, porém há novas instalações de baixo custo sendo desenvolvidas, "particularmente na Austrália e no Brasil", o que deve limitar qualquer avanço nos preços."

"Se a capacidade de alto custo demorar mais que o antecipado para ser fechada ou se os custos de minas novas ou existentes puderem ser reduzidos mais, os preços podem ficar mais baixos por mais tempo", aponta o documento.

Hoje, o preço do minério de ferro caiu 0,9% no mercado à vista chinês, para US\$ 53,3 a tonelada, segundo The Steel Index. O valor segue a referência do insumo com teor de concentração de 62%, negociado no porto de Tianjin, na China.

### **Vendas de materiais de construção caem 17% em março ante março/2015, diz Abrammat**

08/04/2016 – Fonte: Paraná Online

As vendas de materiais de construção caíram 17% em março na comparação com o mesmo mês de 2015, de acordo com dados deflacionados de faturamento da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Na comparação com fevereiro de 2016, houve crescimento de 10,7%.

A instituição apontou que março pode ser o ponto de retomada para as indústrias de materiais de construção. De acordo com o presidente da Abrammat, Walter Cover, a partir de abril o setor pode ter um crescimento sobre o mesmo mês do ano anterior, "porque as vendas do primeiro trimestre de 2015 ainda estavam em bom nível".

Para o executivo, "as notícias positivas sobre a ampliação de crédito para o financiamento de imóveis usados podem auxiliar o setor na retomada.

Mas, somente um programa agressivo de crédito imobiliário, assim como para reformas, além da ativação do Minha Casa Minha Vida e da aceleração dos leilões de infraestrutura, poderão melhorar a expectativa das indústrias de materiais de construção para 2016", explicou.

A expectativa da Abrammat, para o faturamento deflacionado das indústrias de materiais de construção, em 2016, é de retração de 4,5% em comparação com o ano passado.

O nível de emprego nas indústrias de materiais, porém, continua apresentando queda.

A retração de março chegou a 9,3% em comparação com igual mês de 2015. Com relação a fevereiro de 2016, a baixa identificada foi de 0,2%.

### **Venda de máquinas ao exterior deve aumentar após 1,5 ano de dólar forte**

08/04/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A exportação de máquinas e equipamentos não reflete o real desvalorizado, o que só deverá ocorrer no segundo semestre, cerca de um ano e meio após o início das altas mais expressivas do dólar, avalia a Abimaq (entidade do setor).

Em fevereiro, as vendas ao exterior somaram R\$ 583,3 milhões, queda de 1,8% sobre o mesmo mês do ano anterior.

"O setor de maquinário leva mais tempo para reagir, e o câmbio começou a se mexer no meio de 2015", diz Mario Bernardini, da entidade. "Calçados e alimentos respondem mais rapidamente."

No primeiro bimestre deste ano, a participação da América Latina no total de exportação de bens de capital caiu 9,3%, na comparação com igual período de 2015. Se considerado o comércio apenas com o Mercosul, a retração é maior, de 11,6%.

A tendência de queda nas exportações para a América Latina ocorre pela menor capacidade de investimento dessas economias, com a perda no preço das commodities.

A perspectiva do setor agora é passar a vender mais para vizinhos que têm se saído um pouco melhor nos últimos anos, como Peru e Colômbia.

"Caso o câmbio se fixe em um patamar competitivo, e não haja tanta volatilidade, devemos perceber a melhora do cenário."

No mês de fevereiro, a receita líquida do setor teve queda de 24,1% em relação a janeiro. "Um dos impactos mais visíveis é no segmento de óleo e gás", diz ele.

\*

As fabricantes do setor de máquinas que pararam de exportar nos anos de dólar barato têm sofrido agora para recuperar mercado, avalia Edgard Dutra, sócio da Metalplan. "Nós tentamos mirar o longo prazo."

A empresa de compressores chegou a exportar com prejuízo a distribuidores chilenos, para manter o comprador. "Agora, não precisamos correr para recuperar a base de clientes de dez anos atrás."

A companhia prevê que 20% do faturamento neste ano virá do comércio com o exterior, e 80% das exportações hoje têm a América do Sul como destino.

"Os países sul-americanos mais dependentes de commodities realmente têm problemas. Vendemos mais para Paraguai e Bolívia, que têm renovado sua infraestrutura. Colômbia e Peru também vão muito bem."

**R\$ 30 MILHÕES** é a expectativa de faturamento da Metalplan para este ano.

### **Polietileno com chilli**

Quando estiverem implantadas as unidades da Braskem no México, a companhia terá equilibrada a sua produção baseada em nafta em 50% e em 50% em gás. Hoje há 70% de nafta nas plantas no Brasil e nos Estados Unidos.

A Braskem comunicou ao mercado na quarta-feira (6) que a sua operação no México produziu o primeiro lote de polietileno. O aporte de US\$ 5,2 bilhões (R\$ 19,2 bilhões) foi feito em parceria com a mexicana Idesa.

Outras duas plantas devem começar a produzir em 30 dias no país.

"O objetivo é atingir em meses a capacidade de produção de 1,05 milhão de toneladas de polietileno", diz Roberto Bischoff, CEO da Braskem Idesa.

Um analista de um banco projeta acréscimo de cerca de R\$ 400 milhões neste ano ao Ebitda da empresa.

## **Com pouco dinheiro em caixa, pequenas empresas recorrem a empréstimos**

08/04/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Com pouco dinheiro em caixa, a maioria dos pequenos empresários brasileiros precisou demitir funcionários e recorrer a linhas de empréstimo para garantir a sobrevivência do negócio em 2015.

A constatação faz parte da primeira edição do Termômetro ContaAzul, pesquisa realizada com 1.250 micro e pequenas empresas de todo o país para medir o impacto da crise nos negócios.

O estudo mostra que 59,7% dos entrevistados precisaram recorrer a empréstimos nos últimos dois anos. Destes, 81,8% utilizaram linhas de capital de giro – dinheiro usado para manter a empresa funcionando –, enquanto somente 18,2% aplicaram o dinheiro para investimentos e inovações.

A explicação para o alto índice de empréstimos para capital de giro está em outro dado da pesquisa: em 2015, os pequenos negócios pesquisados tiveram saldo médio mensal de caixa de R\$ 1.107.

No ano anterior, o valor foi um pouco superior (R\$ 3.483), mas ambos os casos demonstram que os pequenos negócios utilizam a maior parte do dinheiro que entra em caixa para quitar despesas fixas e variáveis, sobrando muito pouco para investimentos.

## **METODOLOGIA**

Para realizar a pesquisa, a ContaAzul - empresa que oferece sistema de gestão on-line para micro e pequenos negócios - utilizou dados da sua base de clientes e entrevistou 1.250 empreendedores de todo o país na primeira semana de março.

O nível de confiança é de 95%, com 5% de margem de erro. É a primeira edição do levantamento trimestral que busca saber o impacto da crise econômica nas pequenas empresas e as perspectivas para o curto prazo.

Outra consequência da falta de dinheiro é o elevado índice de demissões. Segundo a pesquisa, 53,1% das pequenas empresas tiveram que demitir no ano passado em função da crise.

No acumulado do primeiro bimestre de 2016, os pequenos negócios registraram um saldo negativo de pouco mais de quatro mil empregos, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Os empreendedores também sentiram o impacto da concorrência em 2015. A maioria aponta que o ambiente competitivo ficou mais difícil, com a entrada de novos concorrentes. Apesar disso, apenas 35,4% dizem que os concorrentes estão inovando e 73,3% percebem que os estabelecimentos vizinhos estão focados em sobreviver.

## **Perspectivas**

A pesquisa realizada pela ContaAzul traz também as perspectivas dos pequenos empresários para este ano. Apesar da crise econômica, 47,7% dos entrevistados afirmam que estão estudando novas oportunidades e que devem apostar nelas para superar o momento de dificuldade. Já 36,8% dizem que somente vão sobreviver em 2016 e 15,6% temem fechar as portas por conta do cenário recessivo.

Com relação a tomar crédito, a expectativa do empreendedor é não recorrer a empréstimos no curto prazo, devido às altas taxas de juros praticadas no mercado. Entre os entrevistados, 51,8% afirmaram que não devem procurar por financiamento, enquanto 26,9% precisarão recorrer a linhas de capital de giro. Somente 15,1% pretendem usar dinheiro de terceiros para expandir a empresa.

## **Inflação desacelera para 0,43% em março com queda na tarifa de energia**

08/04/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A inflação medida pelo IPCA, índice oficial do país, caiu pela metade em março, com a baixa do preço da energia elétrica no mês, resultado da mudança da bandeira tarifária da conta de luz de vermelha para amarela.

Segundo dados divulgados nesta sexta-feira (8) pelo IBGE, o IPCA foi de 0,43% no mês passado, abaixo do índice apurado em fevereiro desde ano (0,90%) e do mesmo mês do ano passado (1,32%).

Com a desaceleração no mês, o índice acumulado nos últimos 12 meses voltou a ficar na casa de um dígito: 9,39%. Isso não acontecia desde outubro do ano passado, quando estava em 9,93%, segundo os dados do IBGE.

Trata-se do menor índice para o mês de março desde 2012 (0,21%).

Os economistas consultados pelo Valor Data previam a inflação em 0,45% no mês passado, considerando a média das projeções. Para o acumulado em 12 meses, a expectativa era de uma desaceleração para 9,41%.

Mas vale lembrar que a inflação permanece muito acima do teto da meta do governo para este ano, de 6,5% –o centro da meta é 4,5%, com uma margem de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Os economistas têm revisado para baixo, a cada semana, suas projeções para o índice neste ano. Pelo boletim Focus, do Banco Central, os analistas preveem o IPCA a 7,28% ao fim deste ano e de 6% ao fim de 2017.

Com a inflação desacelerando e a atividade econômica desaquecida, os economistas consultados pelo Focus preveem que o BC corte em 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic) neste ano, para 13,75% ao ano.

## **ALIMENTOS**

A inflação de alimentação e bebidas foi uma das surpresas no resultado do mês, ao acelerar na passagem de fevereiro (1,06%) para março (1,24%), segundo a pesquisa do IBGE. Economistas esperavam queda.

Os alimentos responderam assim por 74% da alta da inflação em março, com impacto de 0,32 ponto percentual no índice.

Dentro dos alimentos, as frutas foram as que mais contribuíram para a alta dos preços no mês. Outros itens com aumentos expressivos foram cenoura (14,52%), açaí (13,64%) e alho (5,70%).

A principal contribuição para a desaceleração da inflação veio da conta de luz, que teve deflação de 3,41%. O motivo foi a mudança da bandeira tarifária da conta de luz, que passou de vermelha e para amarela.

Sozinho, o item energia elétrica ajudou a reduzir em 0,13 ponto percentual a inflação no mês.

No ano passado, o aumento da tarifa da energia foi uma das vilãs da inflação. Agora, com a bandeira amarela, a cobrança extra na conta caiu de R\$ 3 para R\$ 1,50 por cada 100 kilowatts-hora consumidos.

"A energia deu um alívio no mês, mas ela não devolveu tudo que pegou para ela. O patamar de preços está alto e, por isso, é preciso ter cuidado. Ela continua custando muito no bolso do consumidor", disse Eulina Nunes, técnica do IBGE.

Segundo o IBGE, as contas ficaram mais baratas também por causa da redução no valor das alíquotas de PIS/COFINS ocorrida na maioria das regiões pesquisadas.

Com isso, a deflação inflação do grupo habitação (que inclui energia elétrica) passou de 0,02% em fevereiro para 0,10% em março. Foi responsável por um impacto de 0,10 ponto percentual na inflação geral do mês passado.

Além da energia elétrica, o grupo de habitação foi ajudado pela taxa de água e esgoto, que teve deflação de 0,43% em março, influenciada pela região metropolitana de São Paulo (2,99%).

Segundo o IBGE, essa queda foi fruto da aplicação do fator de 0,78 à média de consumo para fins do cálculo do bônus tarifário concedido por meio do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água.



Outra contribuição veio da inflação do grupo educação, que tinha avançado 5,90% em fevereiro e recuou para 0,63% em março. Escolas e faculdades tem reajuste de mensalidades concentradas em fevereiro.

## **Por que os ricos da América Latina estão entre os que menos pagam impostos no mundo**

08/04/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O escândalo dos Panama Papers –o vazamento de mais de 11 milhões de documentos da firma panamenha Mossack Fonseca– fez mais do que tirar do anonimato atividades, legais e ilegais, de pessoas e empresas que mantêm contas em paraísos fiscais.

A exposição das manobras dos ricos e poderosos de todo o mundo para ocultar seu dinheiro e, em muitos casos, evadir impostos reacende o debate sobre a proporção entre as contribuições fiscais de pessoas em situação econômica mais privilegiada e o tamanho de sua fortuna.

Organizações internacionais apontam para um grande desequilíbrio na América Latina –na região, os 10% mais ricos concentram 71% da riqueza, mas pagam apenas 5,4% de seus rendimentos em impostos, em média, segundo dados da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

De acordo com a Cepal, entre os principais países do continente, apenas o México tem os mais ricos pagando mais de 10% de imposto –o Brasil aparece com um percentual em torno de 6%– e em muitas nações a alíquota pode ser tão baixa como 1%.

Em países desenvolvidos, o percentual é bem mais significativo –14,2% nos EUA, 25% no Reino Unido e 30% na Suécia, por exemplo.

"Na época do boom econômico da América Latina, esse tema poderia ser menos urgente, mas com a crise atual e a dificuldade de gerar recursos, a questão requer uma solução muito mais clara", diz Ricardo Martner, diretor da Unidade de Assuntos Fiscais da Cepal.

Há três grandes razões para esse desequilíbrio fiscal na América Latina:

### **1. Estrutura fiscal regressiva**

A estrutura de impostos que financia os gastos públicos se baseia em impostos diretos (sobre rendimentos e imóveis) e indiretos (consumo). Os primeiros favorecem a equidade, sob o princípio de quem mais tem mais paga mais, ao passo que o imposto sobre o consumo baseia-se no princípio exatamente oposto: ricos e pobres pagam o mesmo valor sobre o preço de um produto ou serviço, como é o caso do ICMS no Brasil.

Apesar de a arrecadação fiscal ter crescido mais de 42% nos últimos anos na América Latina e atingido a marca histórica de 21% do PIB da região, apenas um terço dessa carga de impostos é de taxa sobre a renda.

A maioria da arrecadação vem dos impostos sobre o consumo. "O aumento da arrecadação tem seguido esse esquema. Há maior pressão tributária, mas a maior parte vem de aumentos no imposto sobre valor agregado", explica Martner.

### **2. Evasão fiscal**

A evasão fiscal é um problema crônico na estrutura fiscal da América Latina. Com um exército de contadores e advogados à disposição, bem como uma rede internacional de paraísos fiscais, empresas e milionários conseguem "fugir do Leão".

E os Panama Papers são um claro exemplo desse labirinto financeiro e legal. Segundo a Cepal, a evasão de impostos sobre a renda pessoal, corporativa e consumo custa à América Latina mais de US\$ 320 bilhões por ano - ou 6,3% do PIB regional.

A ONG Global Financial Integrity, com sede em Washington, publicou no ano passado um estudo em que três países latino-americanos –México, Brasil e Venezuela– estão citados entre as nações com mais fluxos ilícitos de capital do mundo.

Dessas transações irregulares participam não apenas milionários buscando ocultar sua fortuna para pagar menos impostos, mas também empresas multinacionais. Segundo a Global Financial Integrity, corporações são as principais fontes desses fluxos, em especial por meio do subfaturamento de suas exportações.

### **3. Incentivos fiscais**

Um dos mecanismos favoritos das elites político-econômicas são as exceções fiscais.

Há uma diferença entre o valor teórico que deveria ser pago e o valor realmente pago –a contribuição efetiva após deduções, exceções e isenções. Para os ricos e corporações, esse regime foi justificado durante muito tempo como um estímulo para investimentos, que em teoria beneficiaria o resto da sociedade.

"Mas incentivos tributários não são suficientes para criar um clima (favorável) para investimentos. Isso depende de outros fatores que têm a ver com o investimento em bens públicos essenciais, que requerem mais arrecadação", explica Martner.

## **CONSEQUÊNCIAS**

Essas três razões têm consequências significativas para as economias da região:

### **1. Deficit fiscal crescente**

Em época de vacas magras, o deficit fiscal (quando governos gastam mais do que arrecadam) médio na América Latina está em alta. No ano passado, foi de 3%. Mas os ricos não são os únicos responsáveis por esse panorama. Os níveis alarmantes de trabalho informal na região e a queda no preço das commodities também tiveram impacto na arrecadação.

O resultado é que os gastos sociais têm estagnado ou retrocedido em pelo menos metade dos países da região - isso depois de um aumento médio regional de US\$ 801 por habitante nos anos 90 para para US\$ 1.841 no biênio 2013-14.

E há disparidades regionais fortes: Bolívia, Guatemala, Honduras e Nicarágua, por exemplo, gastam US\$ 300 por cabeça, enquanto Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, por exemplo, apresentam investimentos superiores a US\$ 2000.

Para a Cepal, o deficit fiscal está gerando uma restrição de gastos sociais e redução de subsídios aos que mais necessitam deles. E um exemplo vem da Argentina, onde o novo presidente, Mauricio Macri, promoveu aumentos substanciais nas tarifas de energia elétrica, transporte e outros serviços básicos.

De acordo com o centro de estudos argentino Observatório da Dívida Social, as reformas de Macri teriam devolvido mais de 1,4 milhão de pessoas à pobreza desde 10 de dezembro, quando começou seu mandato.

### **2. Desigualdade**

O coeficiente Gini, que mede a desigualdade econômica, teve melhoria de 11,6% na União Europeia por causa do imposto de renda. Mas na América Latina o avanço foi de apenas 2,1%. Para Julian Vealerdi, ex-economista do Banco Central Argentino, a desigualdade tem tido um alvo pouco notado: a classe média.

"A classe média é fundamental no setor assalariado, porque é deles que se desconta diretamente o imposto de rendimentos. É a mais forte e segura do sistema fiscal. Ela sente mais fortemente os aumentos que tentam cobrir a queda na arrecadação fiscal", diz Velardi.

### **'Brasil vive um dos períodos mais desafiadores da história', diz Setúbal**

08/04/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Presidente do maior banco privado do país, o Itaú Unibanco, Roberto Setúbal disse nesta quinta (7) que o Brasil deverá registrar a mais profunda recessão em um século, caso as projeções da equipe econômica do banco se confirmem.

Depois de encolher 3,8% em 2015, o PIB brasileiro deverá recuar 4% neste ano, segundo previsão do Itaú Unibanco.

"O Brasil passa por um dos momentos mais desafiadores de sua história", disse Setúbal.

Em evento para clientes do braço de investimentos do banco, o Itaú BBA, em São Paulo, Setúbal disse que o país vive "um momento de elevada incerteza política".

"Esse ambiente afeta a vida das empresas no Brasil e traz desafios na gestão", afirmou.

O banqueiro disse, porém, que há sinais encorajadores na economia.

"Há sinais encorajadores na inflação, que parece finalmente ceder. E as contas externas parecem caminhar para um bom nível", disse.

"Desafios se apresentam, assim como nossa disposição em superá-los. Neste contexto, o Itaú se coloca como parte da solução, apoiando nossos clientes nesse momento de dificuldades."

### **Setor duas rodas prevê mais um ano de queda e demissões**

08/04/2016 – Fonte: DCI



A indústria de motos opera com metade da capacidade e, sem horizonte de melhoras no curto prazo, montadoras continuam ajustando o quadro de funcionários. A expectativa do setor é de mais um ano de retração e demissões.

"A indústria não está conseguindo repassar o aumento de custos em sua totalidade. As empresas continuam se ajustando", afirmou nesta quinta-feira (7) o presidente da

Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), Marcos Fermanian.

Segundo projeção da entidade, o setor deve encerrar o ano com uma contração de 12,2% dos emplacamentos, para 1,075 milhão de unidades. "O desempenho ruim da nossa indústria é reflexo do varejo, que vem apresentando queda em todos os segmentos", destaca o dirigente.

No primeiro trimestre, os emplacamentos tiveram retração de 26,6% em relação a igual período do ano passado, para 239,9 mil unidades. A maior queda, em volumes, foi verificada em motos abaixo de 160 cilindradas.

Fermanian acrescenta que a procura por financiamentos caiu pela metade nos últimos seis meses, resultado do agravamento do cenário de incertezas no País.

"A grande maioria dos consumidores que compram motos a prazo parcela em 36 meses. Hoje, eles não têm certeza de que estarão empregados daqui a um tempo."

A queda menos acentuada ocorreu no Nordeste, justamente onde o volume de vendas é o maior do País. "A população daquela região é muito dependente da moto para locomoção porque o transporte público é muito deficitário", pondera.

No primeiro trimestre, enquanto a retração dos emplacamentos atingiu 35,7% no Sul, para 19,7 mil unidades, no Nordeste a queda alcançou 18,1%, para 95,7 mil motos.

"A nossa maior carteira de consórcios está localizada no Nordeste", pontua.

E o crédito, que sempre esteve na mira do setor, começa a não ser a principal preocupação das montadoras. Isso porque, de acordo com Fermanian, o nível de aprovação pelos bancos não mudou muito e continua na casa dos 20%.

"O clima geral é bastante negativo e enquanto o cenário político não estiver definido, com impeachment ou não, o mercado não vai retomar", analisa Fermanian.

De acordo com a Abraciclo, o pagamento de motos à vista é a modalidade que mais perdeu espaço em 2016 e, o consórcio, o que se manteve mais firme, com 33,3% do total negociado no varejo.

Ainda assim, a projeção da Abraciclo em 2016 é de uma queda da produção de 9,7%, para 1,14 milhão de motos. "Teremos mais um ano de forte retração", diz Fermanian.

Ajustes

O nível de emprego entre as montadoras instaladas na Zona Franca de Manaus, ao final de 2015, era de 16.102 pessoas. Um ano antes, o número de funcionários era de 17.928.

Fermanian observa que, no início deste ano, houve um movimento entre as montadoras de abertura de Programas de Demissão Voluntária (PDV), que ainda estão em curso.

"O viés do emprego para este ano é de queda", pondera o dirigente. Ao final de 2015, a entidade havia registrado o fechamento de 33 concessionárias ao redor do País. "O número não parece alto porque esse processo leva um tempo mínimo de dois a três anos. Mas o quadro pode piorar se o cenário persistir."

O que pode ser um alento para as montadoras, contudo, é a exportação. Diante da valorização do dólar, a indústria ganha um pouco de fôlego para buscar a expansão de mercados internacionais.

Ainda que sobre uma base bastante tímida, de janeiro a março as vendas ao exterior cresceram 116,5%, para 13,7 mil unidades. "Estamos trabalhando intensamente para aumentar as exportações, pois esse trabalho é demorado."

Fermanian ressalta que a entidade busca junto ao governo brasileiro a promoção das exportações na América do Sul. "Dependemos principalmente de acordos bilaterais, pois o Brasil ainda possui pouca vocação para exportar", pondera o dirigente.

## **Montadoras de veículos do Brasil preparam terreno para negociação com Irã**

08/04/2016 – Fonte: DCI



As fabricantes de veículos instaladas no Brasil estão cortejando o Irã na expectativa de obterem um acordo comercial que envolva a exportação de milhares de veículos ao país do Oriente Médio, e uma reunião com representantes iranianos no Brasil está agendada para este mês.

A Irã está pretendendo comprar 140 mil carros, 35 mil caminhões e 17 mil ônibus e essa encomenda interessa às montadoras brasileiras, disse o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, a jornalistas.

Uma comitiva iraniana vem ao Brasil nas próximas duas semanas para conversar com os representantes das montadoras e detalhar as especificações dos produtos que têm interesse em comprar, disse Moan.

A encomenda do Irã é importante para o setor, que vive ociosidade acima de 50 por cento. O pedido do Irã é praticamente equivalente ao volume total de veículos produzidos no país em março, de 195,3 mil unidades, no pior desempenho para o mês desde 2004.

"Na América Latina, eles (negociadores iranianos) procuraram apenas o Brasil para a encomenda", disse Moan a jornalistas. "Mas há excesso de capacidade produtiva no mundo. Nesta concorrência do Irã é óbvio que o mundo inteiro está querendo participar para reduzir sua capacidade ociosa", afirmou o executivo.

"O Brasil tem capacidade de ser fornecedor de 100 por cento da encomenda", acrescentou.

As exportações de veículos montados no Brasil saltaram 24 por cento no primeiro trimestre, para 98.877 unidades, aproveitando o câmbio mais favorável. A expectativa da Anfavea para este ano é de alta de 8,1 por cento sobre o volume exportado de 2015, para 451 mil unidades.

As vendas de veículos no Irã atingiram um pico de cerca de 1,6 milhão de unidades em 2011, antes de despencarem nos anos seguintes por conta das sanções econômicas impostas contra o país e que foram revistas no ano passado.

Em março deste ano, o chefe de Estado do Irã, Mohammad Nahavandian, afirmou que o país planeja elevar sua produção de veículos para 3 milhões de unidades por ano.

## Caterpillar demite e teme futuro

08/04/2016 – Fonte: Diário do Comércio

Sem encomendas para 2017, a Caterpillar, fabricante de locomotivas instalada em Sete Lagoas, na região Central do Estado, já olha para o futuro com preocupação.

A planta mineira já reduziu o quadro de pessoal. Embora os números de demissões não tenham sido revelados, opera atualmente com carga “razoável”, fabricando locomotivas negociadas antes de dezembro do ano passado.

Desde então, como revela o diretor-geral da Progress Rail Services (PRS) no Brasil, braço do setor ferroviário da Caterpillar, Carlos Roso, não houve novos pedidos e novos negócios não foram fechados.

“Do final de 2015 até agora não existem novas encomendas. Nos últimos meses não aconteceu nada em termos de vendas. Existem discussões, mas está difícil vender locomotivas na situação atual do País e do setor”, lamenta.

Embora não detalhe os números, Roso conta que a produção da planta mineira em 2015 foi o dobro da do ano anterior. Atualmente, segundo ele, a unidade opera de forma “satisfatória”, mas não estão entrando novos pedidos.

A situação preocupa porque o ciclo de fabricação das locomotivas é longo e o prazo para encomendas de máquinas para 2017 já passou.

“A situação agravou. Estamos vivendo em um momento difícil no País e a situação política prejudica ainda mais novos negócios no setor. Estamos operando com uma carga razoável, resultado de vendas feitas anteriormente. A preocupação fica para 2017 porque não há novos pedidos”, destaca.

Roso revelou que “houve uma queda pequena no quadro de pessoal, mas a Caterpillar está tentando manter o efetivo”.

“Fizemos adequações, mas não em volume elevado, mesmo porque os nossos colaboradores já são treinados”, completa. O diretor da empresa, no entanto, não revelou números.

Não só a Caterpillar, mas todo o setor vinha depositando suas fichas na tentativa do governo federal acelerar as negociações com as atuais concessionárias do setor ferroviário para renovar e estender os prazos de contratos das concessões, com o objetivo de garantir investimentos para os próximos.

Em contrapartida, os aportes desses players na malha existente poderiam chegar até R\$ 16 bilhões, conforme já divulgado.

**Concessões** - Contudo, o assunto está travado devido ao momento político conturbado do Brasil, como pontuou Roso. O setor considera a renovação das concessões mandatória porque garantiria contratualmente investimentos em melhorias nas ferrovias.

Esses aportes, entre ampliação da capacidade do tráfego, novos pátios, redução de interferências urbanas, novos ramais e sinalização, também incluem a ampliação da frota, o que seria bom para os negócios da fabricante de locomotivas.

As transações estavam concentradas basicamente na América Latina Logística (ALL), MRS Logística e Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

A ALL, por exemplo, que detém a maior malha ferroviária do País, anunciou, após a fusão com a Rumo Logística (do grupo Cosan), uma proposta de investimentos de R\$ 7,4 bilhões, sendo que R\$ 4,6 bilhões estariam condicionados à extensão contratual das suas concessões.

Conforme já informado pela empresa, a planta de Sete Lagoas foi montada para atender a América do Sul e o Brasil, sendo que o País representa cerca de 80% desse mercado. Atualmente, as locomotivas fabricadas na unidade saem das linhas com uma média de 60% de conteúdo nacional.

## **Empresários estão mais pessimistas**

08/04/2016 – Fonte: Diário do Comércio

Os empresários mineiros dos setores de comércio e serviços estão cada vez mais pessimistas em relação à economia nacional, como mostra o Indicador de Confiança do Empresário da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH) divulgado ontem.

O índice registrado em março foi de 34,2 pontos, bem abaixo do nível neutro dos 50 pontos, revelando que a desconfiança entre os gestores aumentou nos seis meses que se passaram. Em outubro de 2015, data do último levantamento, o número foi de 39,3 pontos, um cenário bem mais seguro que o atual.

A falta de credibilidade do atual governo e a instabilidade quanto aos rumos da economia estão entre os principais motivos para o baixo grau de confiança dos empresários de Belo Horizonte e região metropolitana, entrevistados pela pesquisa, segundo o presidente da CDL-BH, Bruno Falci.

Os donos de micro e pequenas empresas são os mais descrentes quando a base de comparação é o porte dos empreendimentos, com índices de 34,0 e 33,9 pontos, respectivamente.

Ainda de acordo com Falci, a menor disponibilidade de recursos para investimentos e a maior dependência de políticas públicas tornam o grupo de micro e pequenos empresários mais sensíveis à crise, contribuindo para o menor índice de confiança nessa camada.

“Boa parte desses empresários possui menos conhecimento e mais dependência. Um grande administrador em uma situação de crise, se precisar, vende o negócio e até muda de país. Mas o pequeno, que depende essencialmente da saúde, segurança e educação oferecidos pelo governo – que o faz de péssima forma – não tem a quem mais apelar”, afirma.

O Indicador de Confiança é feito com base em uma média de outros quatro índices individuais: condições atuais da economia brasileira, condições atuais do próprio negócio do empresário, expectativa para a economia brasileira e expectativa para o próprio negócio do empresário.

**Situação financeira** - Quanto à situação financeira corrente das suas empresas, a maioria dos entrevistados (74,7%) acredita que as condições pioraram nos últimos seis meses, 20,4% não perceberam nenhuma alteração e 4,9% observaram melhora, com o indicador fechando em 25,0 pontos.

A percepção foi semelhante em relação à economia brasileira no mesmo período. Para 93,1% dos empresários, o cenário piorou, e o índice registrou 15,5 pontos. A alta inflação e a elevada taxa de juros, além do crescimento da inadimplência entre os consumidores contribuíram para o pessimismo nesse último caso.

Já quando questionados sobre a expectativa financeira do seu negócio para os próximos seis meses, os empresários se dividem entre pessimistas (36,2%) e confiantes (33,7%), com outros 30% acreditando na manutenção da situação. O indicador desse item foi de 48,7 pontos, bem abaixo dos 57,4 pontos registrados em outubro passado (mais otimista).

Em relação à perspectiva para a economia brasileira para o semestre, a percepção dos administradores é em sua maior parte negativa (47,4%), com o índice calculado em 40,7 pontos.

"Pode se ver na pesquisa que, mesmo quando os empresários falam do próprio negócio, há uma incerteza menor do que quando falam no cenário nacional. Ou seja, onde têm mais poder de ação, mais controle, os empresários têm mais confiança.

Quando se fala da economia brasileira, a falta de credibilidade política acaba influenciando bastante", analisa Falci, para quem a retomada da confiança depende de uma nova postura do governo.

"Ou o governo muda radicalmente ou teremos de mudar o governo. Do jeito que está, é insustentável tanto do ponto de vista político quanto econômico", avalia.

### **CNI apresenta 21ª edição da Agenda Legislativa da Indústria com foco na recuperação da economia**

08/04/2016 – Fonte: CNI



Com 14 prioridades, documento reforça defesa do setor por reformas estruturais, sobretudo a tributária e a da Previdência, e aprovação de leis que favoreçam a recuperação da confiança e retomada do crescimento.

"Não existe país rico com indústria pobre. A crise precisa ser resolvida urgentemente e nosso papel é estarmos preparados e prontos para trabalhar com o Brasil" - Robson Braga de Andrade

Em meio às incertezas do atual rumo da economia brasileira, o avanço na discussão de temas centrais para a retomada do crescimento econômico precisa retornar à agenda política do país.

Com o objetivo de reforçar a urgência de se promover mudanças que melhorem o ambiente de negócios e ajudem na recuperação da confiança do setor privado, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, apresentou nesta quinta-feira (7), a Agenda Legislativa da Indústria 2016.

Andrade destacou a relevância da discussão e aprovação de projetos que contribuam para a melhora da competitividade da economia como forma de fomentar a participação da indústria na produção de riqueza nacional.

"A indústria brasileira já chegou a representar 33% do PIB, na década de 1970. Em 2015, fechamos com 9%. Se olharmos para o mundo, não existe país rico com indústria pobre. A crise precisa ser resolvida urgentemente e nosso papel é estarmos preparados e prontos para trabalhar com o Brasil", disse, em evento que contou com



a presença de parlamentares e presidentes de federações da indústria, em Brasília.

Na quarta-feira (6), o presidente da CNI entregou aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), um exemplar do documento contendo as 121 propostas prioritárias para o setor, construída em consenso com mais de 60 associações setoriais e as 27 federações estaduais da indústria.

“O Congresso tem as ferramentas e o poder para encontrar as soluções para o Brasil e a indústria está à disposição para auxiliar na construção de caminhos para melhorar o país”, afirmou.

**PAUTA MÍNIMA E COMPETITIVIDADE** – As propostas da Agenda Legislativa 2016 oferecem ajustes imediatos e urgentes para a recuperação da confiança do setor privado no curto e médio prazos.

Em especial, as 14 proposições listadas na Pauta Mínima, conjunto de temas prioritários e de maior impacto sobre o ambiente de negócios. O seletivo grupo de proposições, algumas em estágio avançado de tramitação, representam melhoras sensíveis para a remoção de barreiras ao investimento, na redução de burocracia e custos e aumento da segurança jurídica para as empresas.

As propostas oferecem ao Congresso Nacional um norte para eliminar entraves históricos ao crescimento da economia, como a excessiva burocracia e a complexidade do sistema tributário. Muitas das proposições que a Agenda Legislativa 2016 defende estão em estágio avançado de tramitação e, caso sejam aprovadas, terão impacto sensível na capacidade de o Brasil ser mais competitivo.

Dos 14 projetos listados na Pauta Mínima, cinco são considerados urgentes para a indústria em 2016:

### **Reforma da Previdência**

PEC 10/2008: É preciso adaptar a Previdência ao aumento da expectativa de vida da população, sob risco de manter sob ameaça a aposentadoria das futuras. Para isso, é preciso adotar critérios objetivos, como a implementação de idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição.

### **Reforma tributária**

PEC 31/2007: A modernização do sistema tributário brasileiro passa, rigorosamente, pela eliminação da cumulatividade de tributos, simplificação de processos e eliminação de obrigações acessórias que, além de impor custos, em nada contribuem para a melhora do ambiente de negócios.

### **Participação mínima da Petrobras no pré-sal**

PLS 131/2015: O critério original do marco regulatório do pré-sal distorce a economia de livre mercado e põe em risco a competitividade e produtividade do setor. Além disso, a reserva obrigatória de mercado obriga a estatal a fazer volume de investimentos incompatível com sua capacidade financeira.

### **Reconhecimento pleno da convenções e acordos coletivos de trabalho**

PL 4.193/2012: Embora previsto na Constituição, o reconhecimento de acordos e convenções coletivos não tem sido praxe no Brasil. É preciso assegurar que condições e rotinas legitimamente negociadas (jornada, local de trabalho, salários) tenham plena validade e não sejam anulados pela Justiça do Trabalho.

### **Recriação da CPMF**

PEC 140/2015: A criação de um novo tributo cumulativo eleva ainda mais os custos de transação e tem efeito prejudicial à competitividade das atividades produtivas, medida contraproducente em um contexto de retração do crescimento da economia.

## História de avanços

Desde que foi criada, em 1996, a Agenda Legislativa da Indústria foi importante para a elaboração de leis que ajudaram a modernizar e aprimorar o ambiente de negócios brasileiro. Importantes temas da Pauta Mínima aprovadas nos últimos anos são:

- **Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas (2008)**

Atualização do teto de enquadramento no Simples e inclusão de atividades econômicas no regime simplificado de tributação.

- **Lei do Gás (2009)**

Novo marco regulatório abriu setor para novos investimentos privados ao quebrar o monopólio da Petrobras no transporte e ao permitir a autoprodução do combustível.

- **Cadastro Positivo (2011)**

O registro dos consumidores que pagam suas contas em dia é um instrumento moderno que permite às empresas "premiar" os bons pagadores com juros menores e melhores condições de pagamento.

- **Contribuição Social da Saúde (2011)**

Proposta para subir a CPMF, extinta em 2007, a CSS foi rejeitada pelo Congresso Nacional com forte mobilização da CNI e setor industrial.

- **Nova Lei da Concorrência (2011)**

Considerado um dos principais avanços do Super Cade, o instrumento da análise prévia de fusões e aquisições trouxe agilidade para o sistema antitruste brasileiro. Em 2012, o tempo médio de análise de casos de concentração foi de 19 dias, ante 75 dias em 2011 (Cade).

- **Política Nacional de Resíduos Sólidos (2011)**

Projeto que busca organizar como o Brasil trata o lixo teve participação fundamental da CNI para definir os acordos setoriais para logística reversa, pelos quais setores da indústria se comprometem a garantir o adequado destino a seus produtos depois de utilizados.

- **Competências ambientais dos entes federativos (2011)**

Define as atribuições da União, Estados e municípios no processo de licenciamento ambiental para evitar sobreposição e conflito de normas, o que gerava insegurança jurídica para novos investimentos.

- **Nova Lei dos Portos (2013)**

O novo marco regulatório do setor portuário foi aprovado em maio de 2013. A lei permitirá um novo ciclo de investimentos nos portos e avanços na gestão e eficiência dos terminais marítimos e fluviais.

- **Lucro presumido (2013)**

A Medida Provisória 612, editada em 4 de abril, atualizou de R\$ 48 milhões para R\$ 72 milhões o teto da receita bruta para enquadramento no regime de lucro presumido, possibilitando às empresas simplificar a apuração de seus tributos. Esse limite não era atualizado havia 10 anos, período em que a inflação acumulada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 76,6%. O novo teto entrou em vigor em 1º de janeiro de 2014.

- **Acesso ao patrimônio genético (2015)**

O projeto modernizou o marco legal, medida aguardada por empreendedores e instituições dedicadas à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos a partir de princípios ativos da biodiversidade nacional. A proposta racionaliza a burocracia, define

regras claras e simplificadas para repartição dos benefícios econômicos e estabelece mecanismos simples e incentivos para adequação e regularização de empresas.

## **Pequenas e médias são alvo de programa de produtividade**

08/04/2016 – Fonte: Portal Contábil

Na busca por agendas positivas em meio à crise política, o governo lançou nesta quarta-feira (06/04) o programa “Brasil Mais Produtivo”, que terá medidas para aumentar a produtividade de pequenas e médias indústrias.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o objetivo é aumentar em pelo menos 20% a produtividade de 3 mil participantes até o final de 2017. As empresas receberão consultoria para enxugar linhas de produção, reduzir tempos de espera e custos logísticos.

O programa tem orçamento de R\$ 50 milhões, dos quais R\$ 25 milhões foram dados pelo Senai e outros R\$ 25 milhões de órgãos como Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e do orçamento do próprio ministério.

As empresas serão atendidas por 400 consultores do Senai. Cada atendimento terá duração de 120 horas e custo de R\$ 18 mil, dos quais R\$ 15 mil serão subsidiados. Os outros R\$ 3 mil podem ser pagos com o Cartão BNDES.

Poderão participar empresas de médio e pequeno porte que tenham de 11 a 200 empregados. Na primeira fase, as empresas terão que ser dos setores metalmeccânico, vestuário, calçados, moveleiro e de alimentos e bebidas.

### **PROGRAMA PILOTO**

O “Brasil Mais Produtivo” foi feito com base em um projeto piloto que atendeu 18 empresas, que, após o treinamento, apresentaram aumento médio de 42% de produtividade e redução de 21% nos custos de produção.